



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001592-24.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Comercial e Importadora Casa Barbieri Eireli e outro**
 Embargado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

COMERCIAL E IMPORTADORA CASA BARBIERI EIRELI -EPP e LUIZ ANTONIO GOULART BARBIERI opõem EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL contra **BANCO DO BRASIL S/A**, alegando, resumidamente: (a) nulidade da execução; (b) incidência do Código de Defesa do Consumidor; (c) taxas e juros incidentes sobre a dívida não têm previsão contratual; (d) impossibilidade de capitalização de juros; (e) vedação da cobrança de juros moratórios.

Impugnação nas fls. 93/112, rebatendo os termos da inicial, e requerendo a improcedência da ação.

É o relatório.

Fundamento.

É caso de julgamento antecipado, sendo desnecessária a prova pericial, uma vez que se trata de matéria essencialmente de direito.

Os embargantes sustentam a **nulidade da execução**, circunstância que não se verifica. Com efeito, a execução embargada tem por fundamento cédula de crédito bancário. Referido documento foi criado pela Medida Provisória n. 2.160-25, de 23.08.2001, vindo esta, por sua vez, a ser convertida na Lei n. 10.931, de 02.08.04, que no seu artigo 28 o considerou como título executivo extrajudicial, representando dívida líquida, certa e exigível.

Cumpre, ainda, afastar de plano a incidência do **Código de Defesa de Consumidor**, invocado pelos embargantes. Referido diploma legal não se aplica ao caso vertente por cuidar-se aqui a propósito de contratos bancários firmados por pessoa jurídica, a qual não se qualifica como destinatária final da contratação feita com a instituição financeira, porquanto sua


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

finalidade precípua seria a de financiar ou trazer aporte financeiro para o desempenho de suas atividades comerciais, salvo prova em contrário, sobre o que, porém, nada foi alegado ou demonstrado. Qualifica-se esta, por isso, não como consumidora, mas sim como insumidora, vale dizer, aquela que adquire determinado produto ou serviço para colocá-lo no processo produtivo de outro, tanto para promover a sua venda como para utilizá-lo a título de implementação de sua produção. Neste sentido: TJSP - Apelação nº 0049595-16.2010.8.26.0002.

Com efeito, não é em toda e qualquer relação jurídica em que haja a intervenção de uma instituição financeira que deve incidir o regramento da Lei 8.078/90. Há relações de consumo e há aquelas que não são, como aquelas destinadas ao capital de giro do empresário, que não podem ser consideradas de consumo (cf., a propósito, JTACivSP, Ed. Lex, Vol. 193/210). No mesmo sentido, ainda, os precedentes do STJ (Rec. Esp. 264.126/RS, 4a T., Rei. Min. Barros Monteiro, DJU 27.08.01; Rec. Esp. 506.833/SP, Rei. Min. Nancy Andrighi, DJU 26.08.03).

Os embargantes, de qualquer forma, impugnaram a incidência de encargos contratuais.

Todavia, não é de mais salientar que o título executivo evidencia a existência do débito reclamado e a obrigação de pagar assumida, demonstrando, sem resquício de dúvida, que as partes contrataram livremente a operação, com prévia ciência das taxas de juros e encargos, estipulando juros prefixados de 2,2% ao mês e 29,841% ao ano, para pagamento em sessenta parcelas e, em caso de inadimplência, comissão de permanência, e multa de 2%.

Ora, em razão da aplicação do princípio da força vinculante das convenções, que consagra a ideia de que o contrato, uma vez obedecidos os requisitos legais, como no caso dos autos, se torna obrigatório entre as partes, que dele não podem desligar senão por outra avença, o contrato é, plenamente válido e deve ser cumprido.

Ademais, incide a Súmula 596, do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu a inaplicabilidade do Decreto 22.626/33 às taxas de juros e encargos cobrados nas operações financeiras realizadas por instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional, cujo teor é o seguinte:

"AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO 22626/33 NÃO SE APLICAM ÀS TAXAS DE JUROS E AOS OUTROS ENCARGOS COBRADOS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, QUE INTEGRAM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL".

Assim, plenamente válidas as cláusulas livremente pactuadas pelas partes, inclusive a que permite a cobrança de juros prefixados, além dos juros de mora e encargos para a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

hipótese de inadimplência.

Demais disso, a norma do parágrafo 3º, do artigo 192 da Constituição Federal, agora revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar, não sendo autoaplicável.

Rejeita-se, ainda, a tese de que deveria incidir a taxa média de mercado.

Note-se que a taxa contratada é de 2,2% ao mês, não se verificando fosse superior à taxa média de mercado. De qualquer modo, como já se posicionou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, “*A circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de abusividade, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras*”. Neste sentido: AgRg nos EDcl no Ag 1.322.378/RN, Relator Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, j. 14/6/2011.

Da mesma forma, não prospera a irrisignação dos embargantes contra a chamada **capitalização de juros**. Como já se frisou, o título exequendo foi criado pela Medida Provisória n. 2.160-25, de 23.08.2001, que foi convertida na Lei n. 10.931, de 02.08.04, que no seu artigo 28 o considerou como título executivo extrajudicial, representando dívida líquida, certa e exigível. O parágrafo 1º, inciso I, de citado artigo, por sua vez, permitiu que em referido contrato fossem pactuados “*os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação*”.

Como se vê, esta lei permitiu que, na Cédula de Crédito Bancário, fosse pactuada a capitalização de juros. Em face disso, é forçoso reconhecer que afigura cabível, em relação ao contrato aqui discutido, a cobrança de juros capitalizados.

No que concerne à **comissão de permanência** em hipótese de inadimplência, em princípio, é legal, não configurando cláusula potestativa consoante reiterado entendimento manifestado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, que deu lugar à Súmula nº 294, *verbis*:

“*Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato*”.

Apesar disso, não se admite seja ela cumulada com outros encargos derivados da mora, tampouco para a majoração dos juros a pretexto de inadimplência, apartando-se das taxas inicialmente contratadas.

Em verdade, a comissão de permanência, só incidente em situação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inadimplência, **não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato**, na inteligência da Súmula 472 do C. Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

“A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.”

Na hipótese dos autos, em que pese a previsão contratual de incidência de comissão de permanência e juros moratórios de 1% ao ano (fls. 47), dos cálculos de fls. 55/56, não se verifica a referida cumulação.

Diante disso, não subsistem as alegações de ilegalidade feitas pelos embargantes.

Decido.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTES** estes embargos à execução e, por força da sucumbência, condeno os embargantes ao pagamento das custas, despesas processuais e de honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da execução.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 17 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**